

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	15
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	19
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	20
10.5 - Políticas contábeis críticas	24
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	25
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	26
10.8 - Plano de Negócios	27
10.9 - Outros fatores com influência relevante	28

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1 – Descrição dos principais riscos de mercado**

Os riscos a que a Companhia e suas Controladas estão sujeitas estão resumidos no item 4.1.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade de contratos em vigor, a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no lucro antes da tributação (R\$ mil)	Efeito no Patrimônio antes da tributação (R\$ mil)
31/12/2012	+ 25%	544	544
	+ 50%	1.088	1.088
	- 25%	(544)	(544)
	- 50%	(1.088)	(1.088)
31/12/2011	+ 25%	(2.442)	(2.442)
	+ 50%	(4.884)	(4.884)
	- 25%	2.442	2.442
	- 50%	4.884	4.884

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 – Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**

Manutenção de caixa a níveis adequados ao tipo de produto e negócios da Companhia com o objetivo de minimizar riscos de liquidez.

Identificação antecipada de situações que possam exigir a contratação de operações de hedge com o objetivo de minimizar os riscos financeiros da Companhia.

a. riscos para os quais se busca proteção

Riscos cambiais

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Quando aplicável, os instrumentos financeiros a serem contratados são definidos em relação ao risco a ser coberto, situação financeira e de crédito da Companhia, cenário de mercado, além de covenants contratuais, análise de crédito e spread a ser cobrado pela instituição financeira.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Vide item “b” acima

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Contratos de hedge, quando aplicável, limitam-se à cobertura necessária. São precificados segundo as metodologias de mercado vigentes.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não opera

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O Estatuto prevê que, em caso de oferecimento de garantias reais ou oneração de bens imóveis, as operações devem ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os Controles Internos são regulados pelas Normas Administrativas, Instruções de Trabalho, Procedimentos e Manuais integrantes do Sistema de Gestão Integrada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Alterações significativas nos principais riscos de mercado

- Fatores de risco em relação aos setores da economia em que a Companhia atua:

Esperávamos que em 2012 houvesse uma recuperação no nível de atividade no setor de bens de capital, porém isto não ocorreu.

A redução dos investimentos em infraestrutura nos dois últimos anos e em especial nos mercados onde atuamos, ou seja, Metalurgia, Mineração e Petróleo & Gás foram sensíveis e contribuíram para a significativa diminuição de nossas receitas no decorrer do ano.

Em 2013 deveremos encontrar um ambiente ainda bastante competitivo e desafiador, esperamos que medidas sejam tomadas pelo governo brasileiro para que investimentos sejam retomados na área de infraestrutura, e consequentemente tenhamos investimentos no nível de produção de bens de capital.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 – Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES****10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para o desenvolvimento de suas operações e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Espécie de Ações	Quantidade de ações	a) capital emitido (em R\$)	b) capital subscrito (em R\$)	c) capital integralizado (em R\$)	d) prazo para integralização
Ordinárias	607.192	44.325.016,00	44.325.016,00	44.325.016,00	Não Aplicável
Preferenciais	992.808	72.474.984,00	72.474.984,00	72.474.984,00	Não Aplicável
Total	1.600.000	116.800.000,00	116.800.000,00	116.800.000,00	Não Aplicável

Ações detidas pelos controladores:

Nome	Total Ações	%	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
CB Holding	368.987	23,06	353.366	58,20	15.621	1,57
Claudio Bardella	1	-	1	-	-	-
Claudio Bardella Junior	8	-	-	-	8	-
Ana Tereza Bardella	1	-	1	-	-	-
Total	368.997	23,06	353.368	58,20	15.629	1,57

Não existe intenção de a Companhia efetuar resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em contas a receber de clientes, R\$ 112,7 milhões (Controladora) e R\$ 113,5 milhões (Consolidado) referem-se a contratos de construção de equipamentos sob encomenda, sendo que R\$ 67,2 milhões (Controladora) e R\$ 31,0 milhões (Consolidado) correspondem aos valores líquidos a receber desses contratos e decorrentes da receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada dos produtos sob encomenda – contratos de construção, conforme demonstrado na nota explicativa n. 7 às Demonstrações Contábeis. Os demais valores referem-se a outros contratos, produtos e serviços, incluindo valores a receber referentes a vendas de aços laminados e trefilados. Os estoques de matérias primas contém insumos já destinados aos contratos de fabricação em andamento e os adiantamentos a fornecedores são referentes a subcontratações com o mesmo destino. Desta forma, a capacidade de pagamento do passivo circulante é garantida pela execução dos contratos de construção e pela realização dos respectivos valores a receber.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizadas**

Imobilizado:	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2012	Vencimentos dos contratos	Controladora (R\$ mil)		Consolidado (R\$ mil)	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
BNDDES - Finem	TJLP	1,80%	15/06/15	7.930	11.090	7.930	11.090
BNDDES - Finem	TJLP	2,90%	15/08/12 a 15/03/13	255	1.643	2.868	4.734
BNDDES - Finem	TJLP	2,34%	15/02/16	-	-	22.561	29.702
BNDDES - Finem	TJLP	4,80%	16/11/15	-	-	5.999	8.207
Bndes - Prosoft	Fixo	8,50%	15/02/15	3.828	2.595	3.828	2.595
BNDDES - Finame	TJLP	1,40%	15/09/13	249	512	450	971
BNDDES - Finame	TJLP	2,30%	15/08/13 a 15/01/14	-	-	19	43
BNDDES - Finame	TJLP	3,80%	15/10/12	-	201	-	277
BNDDES - Finame	TJLP	3,06%	15/02/12 a 16/09/13	-	-	1.163	3.301
BNDDES - Finame	Fixa	4,79%	15/09/15	-	-	2.523	3.508
Outros	Fixa	16,20%	13/08/14	-	-	2.343	3.785
Outros	CDI	123% do CDI	14/09/15	2.475	3.486	2.475	3.486
Arrendamento mercantil	Fixo	17,16%	15/02/12 a 16/09/13	-	-	2.486	4.570
Sub-Total				14.737	19.527	54.645	76.269
Capital de giro:							
Financiamento importação	EUR	2,97%	01/11/12 a 01/02/2013	3.473	-	3.473	-
Financiamento importação	EUR	3,22%	23/01/12 a 07/05/12	-	6.744	-	6.744
Financiamento importação	USD	3,03%	09/11/12 a 01/02/13	874	-	874	-
Financiamento importação	USD	1,95%	17/01/11 a 13/05/11	-	3.025	-	3.025
Nota de crédito exportação	CDI	0,00%	10/01/14	14.793	-	14.793	-
Capital de giro	CDI	3,70%	15/06/15	41.854	-	41.854	-
Finame fabricante	Fixa	8,70%	15/08/13	20.250	-	20.250	-
Capital de giro Financiamento fornecedores serviços	CDI	2,83%	08/01/12 a 29/03/12	-	41.309	-	41.309
Petrobras	CDI	5,00%	11/08/13	-	-	3.757	9.229
Total capital de giro:				81.244	51.078	85.001	60.307
Total geral:				95.981	70.605	139.646	136.576
Parcela circulante				49.303	57.077	68.670	78.743
Parcela não circulante				46.678	13.528	70.976	57.833
Juros pagos				7.965	13.734	9.654	17.943

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para os contratos de financiamentos celebrados junto ao BNDES com taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado, as quais enquadram-se no escopo do IAS 20 /CPC 7, foram efetuados cálculos comparativos para cada contrato com a utilização do método de juros efetivos definidos pelo IAS 39 / CPC 38. As comparações foram efetuadas entre o valor total da dívida calculada com base na respectiva taxa pactuada e o cálculo de acordo com as taxas de mercado (valor justo). A receita de subvenção concedida pelo BNDES a apropriar, ajustada a valor presente em 31 de dezembro de 2012, para a Controladora foi nula e para o Consolidado R\$ 80 mil. Em 31 de dezembro de 2011 era R\$ 265 mil (Controladora) e R\$ 470 mil (Consolidado).

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas Controladas não possuem cláusulas restritivas (*covenants*).

Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no período estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Cronograma de desembolsos - Não Circulante

	Controladora (R\$ mil)	Consolidado (R\$ mil)
Ano	31/12/2012	31/12/2012
2014	35.743	48.215
2015	10.935	21.325
2016	-	1.436
	46.678	70.976

Adiantamentos de clientes

	Controladora (R\$ mil)	Consolidado (R\$ mil)
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo de Adiantamento de clientes	45.555	96.705

A conta "Adiantamento de clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 - Contratos de construção.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Caso haja deficiência de liquidez a Companhia dispõe das seguintes fontes de capital de giro, de acordo com suas características de mercado de atuação:

- a) Financiamento ao fabricante: recursos obtidos junto ao BNDES para completar o fluxo de caixa de uma encomenda durante o período de fabricação.
- b) Investimentos em ativo imobilizado: a Companhia possui limites de crédito junto aos Bancos para obtenção de recursos junto ao BNDES, para máquinas utilizando a linha da FINAME e para os demais investimentos fixos utilizando a linha da FINEM.
- c) Fonte de financiamento a Investimentos necessários para atendimento à carteira de encomendas e manutenção da atividade: Orçamento de Capital

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O endividamento da Companhia, se considerado o total do Passivo Circulante e Não Circulante em relação ao Patrimônio Líquido representa 64,63% na Controladora e 88,94% no Consolidado.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Ver item "d"

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras. As negociações para obtenção de recursos de longo prazo são feitas caso a caso. Nenhuma negociação futura está vinculada a nenhuma instituição financeira.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos são garantidos pelos próprios bens financiados.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não existem restrições impostas à Companhia e todos os atos relacionados a endividamento, distribuição de dividendos, alienação de ativos e emissão de novos valores mobiliários, são submetidos ao Conselho de Administração.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem limites de financiamentos já contratados e não utilizados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31/12/2012 e o comparativo com 31/12/2011, foram publicadas em 28 de março de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011*(Em milhares de Reais)*

	Controladora	
	2012	2011
Receita operacional líquida	263.328	418.596
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<u>(250.020)</u>	<u>(359.268)</u>
Lucro bruto	13.308	59.328
Receitas (despesas) operacionais		
Vendas	(24.101)	(25.561)
Administrativas e gerais	(20.632)	(26.592)
Honorários e participação da administração	(4.512)	(3.826)
Despesas financeiras	(18.501)	(23.039)
Receitas financeiras	4.499	6.545
Resultado da equivalência patrimonial	5.329	21.617
Outras despesas e receitas operacionais, líquidos	<u>13.832</u>	<u>24.259</u>
	(44.086)	(26.597)
Resultado operacional	<u>(30.778)</u>	<u>32.731</u>
Resultado antes do imposto de renda e contrib. social	(30.778)	32.731
Imposto de renda e contribuição social	5.594	1.921
Corrente	-	-
Diferido	5.594	1.921
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	<u>(25.184)</u>	<u>34.652</u>
Atribuíveis a:		
Acionistas controladores		
Acionistas não controladores	<u>(25.184)</u>	<u>34.652</u>
Lucro/Prejuízo básico e diluído por ações - R\$	<u>(15,74)</u>	<u>21,66</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita operacional líquida: Esperávamos que em 2012 houvesse uma recuperação no nível de atividade no setor de bens de capital, porém isto não ocorreu. A redução dos investimentos em infraestrutura nos dois últimos anos e em especial nos mercados onde atuamos, ou seja, Siderurgia, Mineração e Petróleo & Gás foram sensíveis e contribuíram para a significativa diminuição de nossas receitas no decorrer do ano.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 393,1 milhões em 2012 com diminuição de 35,6% em relação a 2011, quando registrou R\$ 610,2 milhões. A diminuição das receitas reflete as condições desfavoráveis a que a indústria brasileira esteve sujeita durante o ano de 2012, especialmente os fabricantes de bens de capital.

Em 2012, a receita líquida de vendas de aços trefilados e laminados foi de R\$ 57,3 milhões (R\$ 68,4 milhões em 2011).

Lucro Bruto: A margem bruta consolidada de 15,0% em 2011 passou para 7,5% em 2012 e a margem operacional que era de 7,0% em 2011 passou para -8,4% em 2012.

Apesar dos ajustes operacionais realizados durante o ano e o contínuo esforço na melhoria de processos e redução de custos e despesas, o baixo volume das receitas em face da estrutura operacional afetou significativamente as margens da Companhia.

Despesas de Vendas, Administrativas, honorários e participações: As despesas administrativas, honorários e participações apresentaram decréscimo de 17,34% na controladora e de 10,41% consolidado. O decréscimo das despesas de vendas deve-se ao decréscimo do volume de receitas.

Resultado financeiro líquido: O desempenho positivo do resultado financeiro líquido de 2012 em relação à 2011 deve-se basicamente ao caixa líquido das atividades operacionais em função do recebimento de clientes.

Resultado da equivalência patrimonial: O decréscimo de 75,3% em relação a 2011 deve-se principalmente às condições desfavoráveis à que a indústria brasileira esteve sujeita durante o ano de 2012 e a consequente redução do nível de encomendas nas Controladas Duraferro Indústria e Comércio Ltda e Barefame Instalações Industriais Ltda.

Outras despesas e receitas operacionais líquidas: O resultado positivo da Controladora em 2012 deve-se principalmente à venda das ações da Companhia Vale S/A. Esse efeito repete-se no Consolidado, somando-se também um aumento das receitas correspondentes a subvenções governamentais das controladas (ver DMPL e nota explicativa n. 21 às Demonstrações Contábeis).

Lucro/Prejuízo operacional: O prejuízo operacional de R\$ 30.778 mil deve-se aos motivos já comentados.

Lucro/Prejuízo Líquido: O prejuízo líquido do exercício de R\$ 25.184 mil resulta do lançamento de R\$ 5.594 mil referentes a créditos fiscais diferidos ativos conforme consta na nota explicativa 9-b às Demonstrações Contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012, 2011 (Em milhares de Reais)

		Controladora	
Ativo	Nota	2012	2011
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.787	1.958
Contas a receber de clientes	6	91.986	161.290
Partes relacionadas	12e	33.230	31.577
Estoques	8	89.935	92.065
Impostos a recuperar	9	11.379	31.437
Despesas antecipadas		1.213	1.001
Outros créditos	11	10.445	7.171
		261.975	326.499
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	12e	24.239	5.941
Titulos e valores mobiliários	10	-	14.191
Impostos a recuperar	9	3.804	3.986
Outros créditos	11	5.591	5.204
		33.634	29.322
Imobilizado	13	238.170	234.554
Investimentos	14b	111.378	108.542
Intangível	15	12.020	9.501
		395.202	381.919
		657.177	708.418

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa: As variações das disponibilidades estão demonstradas na Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto conforme publicação das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

Contas a Receber de Clientes: Esta conta inclui a conta “Efeitos a Faturar” referente aos produtos sob encomenda – Contratos de Construção e registra a receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada em relação ao custo total orçado. Ver demonstrativo sobre contratos de construção à nota explicativa 7 às Demonstrações Contábeis.

Estoques: A variação decorre do volume de operações da Companhia. A queda no estoque de matéria prima em relação a 31/12/2011 refere-se ao consumo de materiais, principalmente chapas de aço, perfis e outros destinados aos contratos de construção em execução.

Impostos a recuperar: A variação deve-se à ressarcimentos dos créditos e compensações efetuadas em 2012.

Impostos diferidos: A variação é decorrente dos ajustes de adições e exclusões para obtenção do Lucro Real, conforme pode ser verificado à nota explicativa 9-b às Demonstrações Contábeis.

Outros Créditos: O aumento em 31 de dezembro de 2012 deve-se principalmente ao aumento de adiantamentos a fornecedores nacionais e estrangeiros relativos a aquisição de componentes e partes de equipamentos em produção.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Partes Relacionadas: A variação refere-se às operações entre a controladora e controladas conforme nota explicativa 12 às Demonstrações Contábeis.

Títulos e Valores Mobiliários: A variação deve-se à avaliação e baixa dos títulos em 2012 (ações da Vale S/A).

Impostos a recuperar: A variação refere-se principalmente à compensação de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado (ver também comentários no Ativo Circulante).

Outros Créditos: A variação (Consolidado) deve-se principalmente a depósitos para garantias em consórcio, referentes a contratos de fornecimento da Controlada em Conjunto IMMA – Indústria Metalúrgica Mecânica da Amazônia Ltda.

Imobilizado: A variação deve-se à movimentação de aquisições e depreciação dos recursos empregados na manutenção da atividade da Companhia (ver nota explicativa n. 13 às Demonstrações Contábeis)

Investimentos: A variação decorre da movimentação do patrimônio líquido das Controladas e Coligadas, cuja avaliação é feita pelo método da equivalência patrimonial.

Intangível: A variação refere-se principalmente a aquisição de softwares utilizado nas operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		Controladora	
Passivo, Participação de acionistas não controladores e Patrimônio líquido	Nota	2012	2011
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	49.303	57.077
Fornecedores		35.544	24.286
Partes Relacionadas	12e	2.023	5.526
Obrigações Fiscais		3.388	4.899
Obrigações Sociais e Trabalhistas		15.965	13.039
Adiantamentos de clientes	17	45.555	76.122
Outras contas a pagar		4.682	6.614
Dividendos e juros sobre o capital próprio		5.989	9.262
Imposto de renda e contribuição social		-	-
		<u>162.449</u>	<u>196.825</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	12e	10.404	10.816
Empréstimos e financiamentos	16	46.678	13.528
Provisão para demandas judiciais	18	5.471	5.799
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	32.983	43.383
Outras contas a pagar		10	10
		<u>95.546</u>	<u>73.536</u>
Patrimônio líquido			
	19		
Capital social		116.800	116.800
Reservas de capital		85.439	65.763
Ajustes de avaliação patrimonial		123.589	138.147
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	547
Reservas de lucros		73.354	116.800
Participação de acionistas não controladores		-	-
		<u>399.182</u>	<u>438.057</u>
		<u>657.177</u>	<u>708.418</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO CIRCULANTE

Financiamentos e Empréstimos: A variação refere-se principalmente à liquidação de empréstimos BNDES – Finem de curto prazo.

Fornecedores: A variação decorre de melhoria nos prazos de pagamento a fornecedores.

Obrigações Fiscais: A variação decorre da queda do volume de operações da Companhia.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: A variação decorre do volume das operações da Companhia e das programações de férias aos colaboradores. Em 31/12/2012 o número de colaboradores era de 1.237 e de 1.465 em 31/12/2011.

Adiantamento de Clientes: A variação decorre das características dos cronogramas de recebimentos e da execução dos produtos sob encomenda – contratos de construção, além do menor volume de operações em 2012.

Outras Contas a pagar: A variação decorre do volume de operações da Companhia, principalmente da movimentação de provisões de custos específicos necessários para conclusão de contratos de construção.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: Não há variação significativa pois, de acordo a Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a Companhia registra nesta rubrica o dividendo mínimo obrigatório (ver DMPL e nota explicativa n. 19-e às Demonstrações Contábeis). Em 2012, por força do Artigo 6º, alínea a, do Estatuto Social, foi contabilizado à conta de Reserva de lucros, a distribuição de dividendos mínimos no valor de R\$ 5.798 mil às ações preferenciais, correspondente a 8% ao ano sobre o respectivo Capital Social com valor de R\$ 5,84 por ação.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamento e Empréstimos: A variação decorre principalmente de empréstimos tomados para financiamento à produção em função das condições contratuais para fornecimentos de equipamentos passarem a contemplar menor financiamento pelo cliente.

Provisão para Demandas Judiciais: A variação refere-se a redução de valores provisionados.

Outras Contas a Pagar: A redução refere-se a pagamentos diversos efetuados em 2012.

Reservas de Capital: A variação decorre da constituição de reservas de incentivos fiscais – Controladas, relativas a subvenções governamentais. As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e Assistência Governamentais, entretanto devido às restrições legais quanto à distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reservas de Incentivos Fiscais.

Ajustes de Avaliação Patrimonial / Outros resultados abrangentes: Nesta conta estão registrados os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado e do valor justo relativo a títulos e valores mobiliários disponível para venda (ações da Cia Vale do Rio Doce), inclusive os respectivos reflexos das equivalências patrimoniais das investidas. As variações decorrem das flutuações das cotações e baixas por vendas destes títulos e das depreciações e baixas do ativo imobilizado.

Reservas de Lucros: A variação é decorrente da constituição de reserva legal. Na subdivisão “Retenção de Lucros” estão registradas as retenções efetuadas com base em Orçamentos de Capital e aprovados em assembléia de acionistas . Não houve proposta de orçamento de capital sobre lucros decorrentes do exercício de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultados das operações

a) Componentes importantes da Receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

O PIB brasileiro após ter apresentado um crescimento de 7,5% em 2010, diminuiu em 2011 para 2,7% e em 2012 para 0,9% (IBGE). O PIB da Indústria no mesmo período teve um comportamento decrescente mais significativo, com 10,4% em 2010, 1,6% em 2011 e -(0,8) em 2012.

A redução dos investimentos em infraestrutura nos dois últimos anos e em especial nos mercados onde atuamos, ou seja, Metalurgia, Mineração e Petróleo & Gás foram sensíveis e contribuíram para a significativa diminuição de nossas receitas no decorrer do ano.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 393,1 milhões em 2012 com diminuição de 35,6% em relação a 2011, quando registrou R\$ 610,2 milhões. A diminuição das receitas reflete as condições desfavoráveis a que a indústria brasileira esteve sujeita durante o ano de 2012, especialmente os fabricantes de bens de capital.

Em 2012, a receita líquida de vendas de aços trefilados e laminados foi de R\$ 57,3 milhões (R\$ 68,4 milhões em 2011).

Apesar do crescimento negativo do PIB da indústria em 2012, a Companhia obteve encomendas que permitiram aumentar o volume de pedidos de equipamentos a executar.

A receita líquida a apropriar da controladora que era de R\$ 243,7 milhões em 31/12/2011, registrou R\$ 405,3 milhões em 31/12/2012.

O total da receita líquida a apropriar considerando controladas e coligadas em 31/12/2012 era de 568 milhões e em 31/12/2011 era de R\$ 497 milhões.

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional bruta do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para diversas siderúrgicas brasileiras e indústrias em geral
- Equipamentos de processos para a Petrobras e suas subsidiárias;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas hidrelétricas;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Peças seriadas para turbinas eólicas.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Conforme já explicado no item “a”, houve um decréscimo da receita operacional líquida de 35,6% em relação a 2011 (Consolidado).

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas Controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas Controladas somente

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas Controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas Controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas Controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações. Os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado do período da controladora conforme demonstra a Nota 20.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas Controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas Controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas Controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas Controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 podem ser assim sumariados (Em milhares de Reais):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos	95.981	70.605	139.646	136.576
Fornecedores	35.544	29.812	41.243	38.790
Provisão IR e CS	-	-	71	1.713
Provisão participação da diretoria/empregados	293	2.144	293	2.144
Dividendos Propostos/Juros sobre capital próprio	5.989	9.685	5.989	9.685
Adiantamento de clientes	45.555	76.122	82.475	96.705
Provisão de férias e encargos	11.222	8.004	15.620	10.281
Provisão para contingências	5.471	5.568	11.522	9.144
Empresas coligadas/controladas	12.427	10.816	-	-
Provisão IR e CS diferidos	32.983	43.383	44.154	50.019
Outros	12.530	14.414	20.837	33.769
Dívida líquida	257.995	270.553	361.850	388.826
Patrimônio líquido	399.182	437.634	406.830	446.748
Patrimônio líquido e Dívida líquida	657.177	708.187	768.680	835.574
Coefficiente de alavancagem	0,39	0,38	0,47	0,48

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas Controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios. Entretanto, os contratos relacionados a tais projetos geralmente preveem cláusulas de pagamento vinculadas a eventos físicos de fabricação, o que reduz o risco de inadimplência.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os contratos para fabricação de bens sob encomenda contém cláusulas de reajuste de preços vinculadas a índices econômicos que objetivam equalizar as variações de preços dos insumos, entretanto, por imposição legal, a periodicidade de tais reajustes não pode ser inferior a um ano. Tais contratos, tanto de médio e longo prazo contém também cláusula referente ao equilíbrio econômico do contrato, com o objetivo de proteção contra variações anormais de preços dos insumos.

Os indexadores e taxas de juros dos financiamentos e empréstimos estão mencionados na nota explicativa 16 às Demonstrações Contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro*Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos*

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao Patrimônio Líquido Consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação (R\$ mil)	Efeito no Patrimônio antes da tributação (R\$ mil)
31/12/2012	+ 25	229	229
	+ 50	457	457
	-25	(229)	(229)
	- 50	(457)	(457)
31/12/2011	+ 25	(152)	(152)
	+ 50	(304)	(304)
	-25	152	152
	- 50	304	304

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio consolidado.

Moeda Estrangeira

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados abaixo:

	(Em milhares de Reais)		
	31/12/2012	31/12/2011	Moeda
Natureza do saldo			
Adiantamentos para importações	1.829	1.018	EUR
Adiantamentos para importações	211	241	USD
Financiamento Finimp	3.473	6.744	EUR
Financiamento Finimp	874	3.025	USD
Importações de materiais	342	32	EUR
Importações de materiais	780	733	USD

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no lucro antes da tributação (R\$ mil)	Efeito no Patrimônio antes da tributação (R\$ mil)
31/12/2012	25%	544	544
	50%	1.088	1.088
	-25%	(544)	(544)
	-50%	(1.088)	(1.088)
31/12/2011	+25%	(2.442)	(2.442)
	+50%	(4.884)	(4.884)
	-25%	2.442	2.442
	-50%	4.884	4.884

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Efeitos relevantes com introdução ou alienação de segmento operacional, constituição, aquisição ou alienação de participação societária e eventos ou operações não usuais.

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c) Eventos não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 – Práticas contábeis e parecer dos auditores****a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 21 de março de 2013, autorizou emissão destas demonstrações financeiras.

Algumas rubricas do balanço patrimonial e da demonstração de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas para permitir a comparabilidade com as informações de 31 de dezembro de 2012, dentre elas "Outros créditos" e "Provisão para demandas judiciais" no que diz respeito aos depósitos judiciais pertinentes, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2011	2011
Depósitos judiciais		
Saldos anteriormente divulgados	4.187	5.109
Reclassificação da rubrica na composição constante nas Notas 11	231	2.545
Saldos reclassificados	4.418	7.654
 Provisão para demandas judiciais	 5.568	 9.144
Reclassificação da rubrica na composição constante nas Notas 18	231	2.545
Saldos reclassificados	5.799	11.689

A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC vigentes em 31 de dezembro de 2012, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

Alterações ao IAS 12, Imposto de Renda – Recuperação de Ativos Subjacentes: Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda.

Alterações IFRS 7, Instrumentos Financeiros: Divulgações – Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das informações compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrou em vigor para os períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2011 e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC e deliberação pela CVM para as companhias abertas.

Cabe mencionar que esta emenda em questão afeta apenas as divulgações, porém atualmente não é aplicável à Companhia, e não tem impacto sobre seu desempenho ou sua situação financeira.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

Alterações que não deverão trazer impactos para a Companhia

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes: As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de *hedge* de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de *hedge* de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). Estas revisões passaram a vigorar para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões do IAS 32: Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação do IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Esta norma tem vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1: Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências do IAS 20 - Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tivesse sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7: Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com o IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com o IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas: A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo: A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Alterações que deverão trazer impactos para a Companhia

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011): Como consequência das recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração: A norma IFRS 9, conforme emitida reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição do IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido no IAS 39. A norma inicialmente iria vigorar para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de *hedge* e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia e suas controladas, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos: A IFRS 11 substitui o IAS 31 - *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13 - *Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. A IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, eliminando a consolidação proporcional da IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda. Esta norma entra em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013, e deverá ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial. Vide efeitos no quadro seguinte.

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas no IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas no IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ênfase: Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bardella S. A. Indústrias Mecânicas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia:

Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis estão consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa 3 nas demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, exceto por operações com instrumentos financeiros somente contratados no período de 2012, conforme apresentado a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo, sendo sua contrapartida contabilizada no resultado do exercício como ganhos / perdas com derivativos na rubrica de resultado financeiro líquido.

Valor de mercado

o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como de circulante e não circulante ou segregados em parcela de circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando a Empresa mantiver um derivativo como hedge econômico (e não aplicar contabilidade de hedge), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou circulante se mantido por um período inferior a 12 meses), consistentemente com a classificação do item correspondente.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Controles internos

Os sistemas contábeis e de controles internos adotados pela Empresa são adequados ao tipo de atividade e volume de transações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não se aplica a nossa Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento. Quando necessário, a Companhia pode utiliza-se de arrendamentos operacionais para bens de informática e veículos.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

A natureza do arrendamento operacional é aluguel e o propósito é cobrir necessidades temporárias de tais recursos.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável